

**GÊNERO MONOGRAFIA:  
ORGANIZAÇÃO RETÓRICA, COMUNIDADE DISCURSIVA  
E PROPÓSITO COMUNICATIVO**

Gilvan Santos Gonçalves (UEMA)  
[gilvansantosg@outlook.com.br](mailto:gilvansantosg@outlook.com.br)

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo mostrar as abordagens retóricas recorrentes que visam comprovar implicações do processo de construção e escrita do gênero monografia e evidenciar sua comunidade discursiva e propósito comunicativo no meio acadêmico. A partir da abordagem teórico-metodológica da análise de gênero textual de linha anglo-americana, a nova retórica de Carolyn Rae Miller (1994,1984), Charles Bazerman (1997), Luiz Antônio Marcuschi (2010) e a sociorretórica de John Malcolm Swales (1990), este estudo propõe fornecer subsídios para que os estudantes universitários reconheçam e exercitem o gênero monografia a partir de suas características formais e funcionais, a fim de que realizem eficazmente os propósitos comunicativos desse gênero e as práticas sociais que o envolvam na comunidade acadêmico e discursiva. A análise da organização retórica e discursiva do gênero monografia deve estar baseada em um processo argumentativo que gira em torno da relevância do conteúdo do trabalho proposto ao leitor e sua essa caracterização deve ser importante tanto para pesquisadores da área de gêneros textuais como para os que pretendem iniciar-se ou aprimorar seus conhecimentos em relação à constituição desse gênero textual.

**Palavras-chave:** Monografia. Comunidade discursiva. Propósito comunicativo.

**1. Introdução**

Os trabalhos sociorretóricos que os membros de uma comunidade se envolvem devem refletir o processamento de todas as atividades e habilidades linguísticas, discursivas e retóricas aprendidas em um contexto. Nesse sentido, para alcançar a dimensão sociorretórica dos gêneros, recorremos novamente a Charles Bazerman (2006) para quem os textos são atos de nossa vontade, motivados pelos nossos desejos e intenções, e os gêneros, formas de vida, frames para a ação social, lugares onde o sentido é construído. Eles moldam os pensamentos que formamos e as comunicações através das quais interagimos. (BAZERMAN, 2006, p. 23)

Carolyn Rae Miller (1994, 1984) define gênero como ação recorrente e significativa, e como artefato cultural, e afirma que como padrões recorrentes do uso da língua, os gêneros ajudam a constituir a substância da nossa vida e cultura (MILLER, 1984, p. 163). Já John Malcolm Swales (1990) propõe uma definição de gênero mais completa e complexa.

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros mais experientes da comunidade discursiva original e constituem a razão do gênero. A razão subjacente dá o contorno da estrutura esquemática do discurso, influenciando e restringindo as escolhas de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é o critério que é privilegiado e que faz com que o escopo do gênero se mantenha focado estreitamente em determinada ação retórica compatível com o gênero.

Além do propósito, os exemplares do gênero demonstram padrões semelhantes, mas com variações em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público-alvo. Se forem realizadas todas as expectativas em relação àquilo que é altamente provável para o gênero, o exemplar será visto pela comunidade discursiva original como um protótipo.

Os gêneros têm nomes herdados e produzidos pelas comunidades discursivas e importados por outras comunidades. Esses nomes constituem uma comunicação etnográfica valiosa, porém normalmente precisam de validação adicional. (SWALES, 1990, p. 58)

De forma geral, podemos observar que o gênero monografia na comunidade discursiva e acadêmica é um gênero elaborado como forma de resposta a um texto ou projeto anterior, neste caso o projeto de TCC (trabalho de conclusão de curso).

Dentro de uma perspectiva baseada nos princípios teórico-metodológico da análise de gênero textual de linha anglo-americana, este trabalho utiliza a nova retórica de Carolyn Rae Miller (1984,1994), Charles Bazerman (1997), Luiz Antônio Marcuschi (2010) e a sociorretórica de John Malcolm Swales (1990) que apontam para os principais conceitos sobre o estudo do gênero como tipificação, ação retórica, sistema de atividades e comunidades discursivas, a fim de possibilitar a compreensão de como as pessoas agem no meio em que vivem e percebem os gêneros.

Embora o estudo do gênero introdução de monografia seja baseado no modelo CARS (*Create a Research Space*), criado por John Malcolm Swales (1990) e por ter sido adotado e adaptado na investigação da organização retórica de diferentes gêneros, o modelo apresenta limitações e dificuldades nas análises dos blocos de textos. Uma das dificuldades é o começo e o fim de alguns movimentos e passos nos parágrafos. Como também, a sequência das informações, nem sempre ocorrem no

mesmo bloco textual.

É um gênero de função científica, dissertativa e argumentativa, pois traz marcas persuasivas em sua composição, tais como: operadores argumentativos, elementos modalizadores, linguagem objetiva, defesa de um ponto de vista, respostas a perguntas feitas e articulação crítica dos fatos. Outro aspecto importante e interessante utilizado para tecer e evidenciar os comentários em uma monografia são os modalizadores, que por sua vez, são os elementos que direcionam de forma direta ou indiretamente a intenção do locutor.

Tanto os modalizadores quanto os operadores argumentativos são formas estratégicas utilizadas para dizer algo de forma convincente e concreta, orientando o leitor para obter determinado aspecto conclusivo sobre o tema. Escrever um texto com essas características é uma forma de direcionar e envolver o leitor com o discurso argumentativo apresentando uma composição dinâmica, que permitirá uma boa articulação de ideias e fatos.

Os gêneros textuais acadêmicos ocorrem em comunidades discursivas, sendo que, sua estrutura esquemática e propósitos discursivo-comunicativos devem ser reconhecidos pelos membros mais experientes destas e, portanto, membros novatos passam por determinados processos, de forma implícita ou explícita, para inserir-se na comunidade e se tornarem usuários e produtores proficientes de determinados gêneros.

Carolyn Rae Miller (1984) argumenta que para uma teoria de gêneros o mais importante seria o fato de as situações retóricas serem recorrentes, porque assim, podemos tipificá-las por meio das similaridades e semelhanças importantes tanto em sua forma quanto em sua substância.

Na perspectiva de Charles Bazerman (2006), o gênero é visto como parte de um sistema, composto por um conjunto de gêneros e de atividades, que estão ligados às ações realizadas pelas pessoas e ao propósito que esses gêneros estabelecem em suas vidas. Para caracterizar como os gêneros configuram-se e enquadram-se em organizações e em diversas atividades, Charles Bazerman (2006) propõe vários conceitos que se destacam mostrando diferentes aspectos.

John Malcolm Swales (1990) diz que gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham alguns conjuntos de propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros especialistas da comunidade discursiva de origem, e

assim constituem a lógica para o gênero. Essa lógica molda a estrutura esquemática do discurso, influenciando e constringendo a escolha de conteúdo e estilo.

Em outras palavras esses sistemas de gêneros funcionam dentro do sistema de atividades que, por sua vez, contém um conjunto de gêneros que estão inseridos no sistema de gêneros e que levam em conta esses sistemas de atividades e junto com esse sistema de gêneros direciona o que as pessoas fazem e como os textos ajudam as pessoas a fazê-lo, não colocando os textos como fins em si mesmo.

## **2. O gênero monografia e sua organização retórica**

O estudo do gênero textual monografia constitui uma ferramenta importante no saber acadêmico e por isso necessitam de rigor metodológico e não podem ser submetidos à pura espontaneidade criativa de que os elabora.

Assim, os aspectos metodológicos ganham progressivamente mais relevância à medida que o pesquisador vai se familiarizando com as normas e especializando-se no ato de pesquisar. Por essa perspectiva as monografias cumprem importante papel didático-pedagógico, pois dão ao estudante a oportunidade ímpar de descobrir a ciência e dominar progressivamente, o método e as diferentes técnicas de pesquisas.

O principal objetivo de uma monografia é reunir informações, análises e interpretações científicas que agreguem valor relevante e original à ciência, dentro de um determinado ramo, assunto, abordagem ou problemática. É um documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a monografia é um trabalho científico ou tese elaborada com base em investigação original, constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão. É feito sob a coordenação de um orientador e visa obtenção do título de graduando, mestre, doutor ou similar.

O primeiro relato que se tem com relação ao desenvolvimento da monografia é em 1830, foi desenvolvida por Laplay, e só, em 1855, sua titulação como monografia passou a ser usada e reconhecida.

A origem e o significado da palavra monografia vêm de seu pró-

prio significado, ou seja, mono (que significa único ou união) e grafia (escrita) sobre um determinado assunto que é desenvolvido com unicidade em um só contexto. É uma exigência curricular que uma determinada instituição prioriza como requisito parcial ou final para se adquirir um certificado ou diploma.

A monografia pode ser entendida como um trabalho relativamente simples, onde seu autor procura abordar um único tema (diferente, portanto, de uma perspectiva panorâmica), fazendo-o com clareza, profundidade, objetividade e, evidentemente, dentro dos parâmetros de formatação exigidos pelo mundo acadêmico e definidos por instituições, tecnicamente qualificadas, como por exemplo, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A parte da normatização e organização, a rigor, bastaria que a monografia fosse dividida em apenas três partes: introdução, desenvolvimento e conclusão, pois com isto deixaria explícito:

- a. Na *introdução* – o tema que se quer abordar – e de que forma se pretende fazê-lo, levantando algumas hipóteses (quando for o caso);
- b. No *desenvolvimento* – a problematização e abordagem do tema, suas origens, suas causas, implicações e efeitos e, por fim;
- c. Na *conclusão* – o que se depreende do estudo que se realizou: a síntese das causas e motivos daquele fenômeno – confirma-se ou não as hipóteses anteriormente levantadas e procurar-se apontar caminhos e ou construir cenários sobre a questão.

Portanto, a monografia serve para que o discente adquira conhecimento dissertativo e escrita acadêmico-científica para que de maneira coesa e coerente possa desenvolver melhor sua aprendizagem e capacidade intelectual.

Na produção de um trabalho monográfico, são necessárias algumas regras e etapas, como a construção de um pré-projeto e um projeto de trabalho de conclusão de curso (TCC), a delimitação de um tema específico voltado a uma determinada área, a escolha de um problema, objetivos, objetos de estudo e metodologias, que podem ser qualitativas, quantitativas, entre outras.

Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme publicado nas normas NBR 14724 (2002), os trabalhos de conclusão de curso (TCC) e os de curso de especialização (monografias) devem “expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatori-

amente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa e outros ministrados”.

Os objetivos da monografia, segundo Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (1992, p. 153) são: 1 – revelar gosto e tendências; 2 – exteriorizar espírito de iniciativa e criatividade; 3 – demonstrar amplitude de juízos. 4 – manifestar capacidade de seleção em função das metas estabelecidas; 5 – expor a experiência obtida pelas leituras e vivências pessoais; 6 – apresentar capacidade analítica e valorativa e 7 – revelar capacidade de distinguir fatos de opiniões. Nos manuais de trabalhos científicos, “(...) é uma dissertação que trata de um assunto particular, de forma sistemática e completa”. (MEDEIROS, 2003, p. 248)

Segundo as normas técnicas que regulam os trabalhos científicos,

documento que representa o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso programa e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um orientador. (NBR 14724:2002)

Por outro lado, se considerarmos outras abordagens do ensino dos gêneros textuais podemos situar os estudos sociorretóricos ou da nova retórica de autores como Charles Bazerman (2005, p. 11) que relata que, em uma abordagem da teoria sociorretórica de gêneros textuais, deve-se considerar muito mais do que aspectos puramente formais, mas principalmente pensar o gênero monografia de conclusão de curso como “um fato social emergente” em uma situação típica em que se devem coordenar atividades e compartilhar significados, tendo em vista um propósito.

Nessa perspectiva, um gênero existe apenas a medida que seus usuários o reconhecem e o distinguem. A noção de gênero como uma ação social exposta por Carolyn Rae Miller (1994, p. 29) traz uma nova concepção de gênero textual, no qual o texto não teria mais um papel central para análise, uma vez que a retórica do gênero não deve concentrar-se no conteúdo ou estrutura, mas na ação social que ele desempenha. Essa noção enfatiza o gênero como uma ação retórica tipificada que possui regras que o regulam e se distinguem em termos de forma, constituem uma cultura mediadora entre o público e o privado.

Vale dizer que as teses de Carolyn Rae Miller (1984) são muito importantes e fundamentais na abordagem sociorretórica de gênero. Segundo Carolyn Rae Miller (1984, p. 151) compreender os gêneros socialmente pode nos ajudar a explicar como encontramos, interpretamos, reagemos e criamos certos textos.

E para que o gênero possa ser entendido como uma ação retórica recorrente e não mais como uma categoria decorrente do comportamento comunicativo em ambientes específicos e abertos ao novo, à tipificação deve ser compreendida como uma construção intersubjetiva da realidade e do agir sobre a realidade.

Nesse sentido, devemos pensar o gênero monografia como uma ação social decorrente de uma das exigências para obtenção do grau necessário para a conclusão de um curso de graduação e a consequente colação de grau e recebimento de diploma. Nessa sequência de eventos relacionados à produção de uma monografia, muitos textos são produzidos e diversos fatos sociais também.

Outro importante autor da abordagem retórica de gêneros, Charles Bazerman (2005, p. 22), enfatiza que “cada texto cria para seus leitores um fato social” e “cada texto se encontra encaixado em atividades sociais estruturadas e depende de textos anteriores que influenciam a atividade e a organização social”. No evento conclusão de curso, há ações necessárias tais como:

- a. Cursar as disciplinas exigidas no currículo;
- b. Realizar as atividades exigidas nas disciplinas;
- c. Elaborar trabalho de conclusão de curso (TCC).

Portanto, na elaboração de um trabalho de conclusão de curso, outras ações são exigidas e, conseqüentemente, outros gêneros são produzidos: resumos, resenhas, fichamentos, projeto de monografia, questionários etc., até chegar à monografia propriamente dita.

Além disso, no evento defesa de monografia de conclusão de curso, pressupõe-se também a apresentação oral desse gênero, que pode se efetivar por meio de apresentação em PowerPoint. Além de identificar o sistema de gênero de que faz parte e qual o sistema de atividades produzido para sua realização, identifica as sequências textuais utilizadas em sua produção.

### **3. As comunidades discursivas e o meio acadêmico**

Podemos caracterizar as principais definições de gêneros textuais e gêneros acadêmicos sempre tendo à visão de que gêneros são definidos em termos de uso da linguagem em contextos comunicativos convencion-

nados, que dá origem a conjuntos específicos de propósitos comunicativos para grupos sociais e disciplinares especializados, que estabelecem formas estruturadas relativamente estáveis e que impõem, até certo ponto, restrições de uso de recursos léxico-gramaticais. Esta visão está atrelada a três aspectos que são reconhecidos pelos estudiosos de gêneros:

Charles Bazerman (2006) assim como Carolyn Rae Miller (2012) trabalha na mesma perspectiva de gêneros como ação social com ênfase aos fatores sociais em que se vê nas situações recorrentes as recorrências na forma e no conteúdo do ato de comunicação. Ou seja, como as pessoas interpretam as situações e respondem a essas situações que podem ser definidas da seguinte maneira:

- a. Recorrência de situações retóricas, que são identificadas pela caracterização de aspectos relevantes do contexto socioretórico em que um dado gênero acontece e por meio dos propósitos comunicativos compartilhados por participantes de uma comunidade discursiva particular;
- b. Propósitos comunicativos compartilhados são o segundo traço específico de descrição de gêneros tanto em termos de recorrência, compartilhamento ou regularidades na elaboração de gêneros e;
- c. Regularidades de organização estrutural. O segundo aspecto diz respeito à versatilidade genérica e pode ser observada em vários níveis, especialmente, na descrição linguística de gêneros, que vai desde a visão mais geral dos usos da língua (convenções genéricas) até sua realização mais específica.

Embora gênero seja visto como um evento textual retoricamente situado e institucionalizado há autores que defendem que os gêneros, por ter uma natureza dinâmica, tendem à inovação e à mudança explorada por membros experientes da comunidade discursiva para responder a contextos retóricos familiares, especialmente, pelo uso de recursos de multimídia, da tecnologia informacional e de contextos multidisciplinares no mundo de trabalho.

Porém, a lógica ou razão subjacente, absorve todo o teor de importância no gênero, nela está o seu propósito comunicativo. A última, mas não menos importante, está à terminologia que uma comunidade discursiva usa para o seu propósito, para nomear os gêneros usados por ela.

As noções que se tem de gênero e de comunidade discursiva são muito próximas para John Malcolm Swales (2009) que considera as comunidades discursivas como legítimas redes sociorretórica que possuem alvos comuns. Elas produzem convenções e linguagens que são partilhadas por seus membros.

A relação que os usuários e escritores estabelecem com os gêneros textuais aponta para a existência de dois tipos de comunidades discursivas, aquelas que “possuem” gêneros, ou seja, que modelam os gêneros com base em suas ideologias, normas e convenções; e outras que são possuídas por eles, no sentido de que reproduzem os padrões estabelecidos como meio de inserção na comunidade alvo.

Os gêneros acadêmicos são entendidos, neste trabalho, como gêneros escritos que são produzidos e que circulam no âmbito universitário como meio de comunicação e interação entre professores, pesquisadores e alunos, com diferentes propósitos comunicativos como, por exemplo, divulgação de pesquisa, resumo de ideias, resenhas, fichamentos e relatórios de atividades etc.

Portanto, o conhecimento dos gêneros textuais acadêmicos, no que se refere às suas características estruturais, discursivas, pragmáticas, retóricas, contextuais interpretativas e conceituais é um dos meios que instrumentalizam e viabilizam os aprendizes para a prática da leitura, do estudo e da pesquisa, reflexão crítica e formação como um discente/pesquisador, ou professor pesquisador, superando assim dicotomias existentes entre aquele que pesquisa (acadêmico) e aquele que executa (professor). (SWALES, 2004)

As pesquisas que se fundamentam nas teorias de John Malcolm Swales direcionaram o método aplicado por meio das características definidas por ele, para o reconhecimento do gênero textual usado nessas comunidades discursivas. Logo, nas concepções de gêneros e comunidade discursiva, o pesquisador encontra meios para analisar a pesquisa dentro da linha sociorretórica, utilizando para esse fim, o modelo CARS (*Create a Research Space*).

No entanto, o autor relata que não é fácil reconhecer uma comunidade discursiva e impor critérios para essa avaliação. Ele defende que os critérios devem ser claros ao máximo para serem aceitos ou não, além de propor seis características que podem confirmar uma comunidade discursiva. John Malcolm Swales (1990) apresenta, contudo, seis critérios de

finidores considerados por ele necessários para identificar um grupo de indivíduos de uma comunidade discursiva.

Uma comunidade discursiva possui mecanismos de intercomunicação variáveis, usados primeiramente para fornecer informação e opinião a seus membros, e um léxico específico que restringe e adequa os textos compartilhados por seus membros e ainda dificulta seu acesso por não membros.

Para que um grupo de indivíduos possa ser reconhecido como uma comunidade discursiva, seus participantes devem estabelecer os procedimentos e as práticas a serem utilizados entre eles. A sobrevivência dessa comunidade depende de um equilíbrio entre o número de membros mais novos e mais antigos, para que sua manutenção e conservação sejam viáveis. Esses participantes não compartilham necessariamente características específicas como emprego, faixa etária e/ou classe socioeconômica: devem compartilhar apenas seus objetivos na comunidade.

Em 1998, John Malcolm Swales especifica o conceito de comunidade discursiva dizendo que ela é o espaço de circulação responsável pela produção e reprodução de um grande número de gêneros, os quais têm como função social a validação das atividades interacionais, ou seja, que agem fora das comunidades.

Uma comunidade discursiva possui além dos mesmos objetivos e interesses, normas que regularizam as funções comunicativas, compartilham do mesmo léxico, o qual será produzido e utilizado para situações, eventos comunicativos específicos de uma comunidade.

O próprio John Malcolm Swales (1998) revisa sua pesquisa e amplia os critérios estabelecidos para a definição de comunidade discursiva, devido à possibilidade de um indivíduo fazer parte de diferentes comunidades discursivas, bem como da possível inter-relação entre as comunidades, acarretando novas interferências comunicativas, devido às adaptações e evoluções dos gêneros, que por sua vez, refletem o desenvolvimento natural das relações sociais e comunicativas dos indivíduos.

John Malcolm Swales desenvolve também a noção de comunidade discursiva de lugar, ou seja, a de um grupo de pessoas que trabalham juntas e que têm a noção clara dos objetivos propostos para o seu grupo. Essa noção de comunidade discursiva de lugar é muito semelhante ao conceito inicial de comunidade discursiva de John Malcolm Swales de 1990, exceto pelo fato de que ela passa a incorporar a ideia da divergên-

cia, da desunião e do conflito entre os seus membros, não cogitada ainda no conceito original formulado por ele anteriormente.

O propósito comunicativo deve ser um elemento definidor do gênero. Isso porque o objetivo, a forma e a função de um gênero podem ser usados a partir da intenção pessoal de um indivíduo experiente, nesse acaso pode haver outros propósitos implícitos naqueles socialmente reconhecíveis por um indivíduo menos experiente da comunidade discursiva. Desse modo, ocorre uma manipulação por parte daqueles que utilizam um gênero, podendo interferir na identificação do propósito real do gênero produzido ou utilizado, como é o caso do gênero textual monografia que é feito e produzido com uma intenção pessoal e ao mesmo tempo coletiva. John Malcolm Swales (1990) apresenta seis critérios definidores considerados por ele necessários para identificar um grupo de indivíduos de uma comunidade:

- 1°. A comunidade discursiva concorda amplamente com os objetivos públicos comuns associados a um discurso específico.
- 2°. A comunidade discursiva possui mecanismos de intercomunicação entre os membros que variam de acordo com cada comunidade.
- 3°. A comunidade discursiva usa mecanismos de participação a fim de compartilhar informações e promover *feedback*.
- 4°. A comunidade discursiva utiliza e compartilha gêneros. Esses gêneros são utilizados de modo a compartilhar o conhecimento, tendo em vista os propósitos da comunidade.
- 5°. Além dos gêneros, a comunidade discursiva possui um léxico específico. Os itens lexicais, incluindo as abreviaturas, são conhecidos pelos membros, especialmente os experientes. Sujeitos estranhos à comunidade costumam não compreender esse léxico.
- 6°. A comunidade discursiva possui membros mais experientes e menos experientes. Portanto, A sobrevivência da comunidade depende do equilíbrio entre esses membros.

Em John Malcolm Swales (1998), comunidade discursiva é o espaço de circulação responsável pela reprodução de muitos gêneros, os quais têm como função social a validação das atividades interacionais fora das comunidades.

Nessas perspectivas, a comunidade acadêmica é uma comunidade discursiva própria, cujos membros compartilham determinado discurso acadêmico (por exemplo, o científico, administrativo etc.) como forma de sustentar os sistemas de crenças da comunidade e que, com base nos gêneros textuais próprios dessa comunidade – que chamamos aqui de gêneros acadêmicos –, materializam seus discursos com propósitos comunicativos variados, como conseguir financiamentos para pesquisas, divulgar pesquisas em eventos acadêmicos, relatar experiências etc.

No 1º critério, a comunidade discursiva concorda amplamente com os objetivos públicos comuns associados a um discurso específico. Para o 2º critério, a comunidade discursiva possui mecanismos de intercomunicação entre os membros que variam de acordo com cada comunidade. No 3º critério, a comunidade discursiva usa mecanismos de participação a fim de compartilhar informações e promover *feedback*.

Já no 4º critério, a comunidade discursiva utiliza e compartilha gêneros. Esses gêneros são utilizados de modo a compartilhar o conhecimento, tendo em vista os propósitos da comunidade. Com o 5º critério, além dos gêneros, a comunidade discursiva possui um léxico específico, ou seja, os itens lexicais, incluindo as abreviaturas que são conhecidas pelos membros, especialmente os experientes. Porém, sujeitos estranhos à comunidade costumam não compreender esse léxico.

No 6º critério, a comunidade discursiva possui membros mais experientes e menos experientes, pois a sobrevivência da comunidade dependerá do equilíbrio entre esses membros. Em John Malcolm Swales (1998), comunidade discursiva é o espaço de circulação responsável pela reprodução de muitos gêneros, os quais têm como função social a validação das atividades interacionais fora das comunidades.

A comunidade acadêmica é uma comunidade discursiva própria, cujos membros compartilham determinado discurso acadêmico (por exemplo, o científico, administrativo etc.) como forma de sustentar os sistemas de crenças da comunidade e que, com base nos gêneros textuais próprios dessa comunidade – que chamamos aqui de gêneros acadêmicos –, materializam seus discursos com propósitos comunicativos variados, como conseguir financiamentos para pesquisas, divulgar pesquisas em eventos acadêmicos, relatar experiências.

Na teoria dos gêneros de John Malcolm Swales, há diversas contribuições fundamentais como a classificação do gênero como uma classe de eventos comunicativos que se constitui em torno de propósitos comu-

nicativos partilhados entre membros da comunidade discursiva e que produz e reconhece a lógica a eles, que produz um repertório de gêneros e léxico próprio para os gêneros. Essa contribuição favoreceu ao estudo de gêneros em três aspectos, a preocupação com textos, no qual se entende que o texto não pode ser analisado sem o seu contexto retórico e social.

#### **4. O propósito comunicativo e os movimentos retóricos**

Ao se trabalhar o gênero monografia na universidade é relevante que se tenha uma concepção de linguagem a respeito do evento comunicativo que esse gênero pode estabelecer como instrumento mediador nas práticas sociais, pois a mediação humana existe por meio da palavra e toda articulação de significados que são considerados coletivos e, portanto, compartilhados se evidenciam por meio da linguagem.

No universo acadêmico, a monografia é de fundamental importância, pois ela advém de uma exigência ou prática discursiva e intertextual que de certa maneira visa contribuir para o avanço da competência leitora e textual dos discentes envolvidos nas pesquisas. Neste contexto, não se pode deixar também de enfatizar a importância do docente neste caminhar científico como o “ativador e provocador” da construção do conhecimento científico.

Mas, para que esta prática se torne comunicativo-discursiva é necessário que toda a comunidade envolvida em sua finalização e elaboração esteja uniformizada de forma gradativa, enfatizando sempre as competências comunicativas orais e escritas por parte dos graduandos na elaboração de resumos, planos de trabalho, apresentação de trabalhos em sala, relatórios, monografias, comunicações científicas em congressos e seminários e artigos.

Por isso, escolhemos o gênero acadêmico monografia por se constituir como um dos trabalhos mais solicitados no ambiente acadêmico, uma vez que a grande maioria das instituições de ensino superior, seja privada e pública, exige a monografia como trabalho de conclusão de curso (TCC) e, em muitas especializações, a monografia configura-se como trabalho necessário para a obtenção do título de especialista. Entendemos que a monografia, além de ser um recurso eficiente para o contato com o saber científico, implica o domínio de práticas de diversas atividades comunicativo-acadêmicas, como resumir, resenhar e fichar.

A produção de um trabalho monográfico é uma tarefa que exige muito do aluno como produtor de um conhecimento inovador, pois não representa uma simples produção de textos, mas um processo de escrita muito bem elaborado. Na construção desse gênero, o autor deve dominar a linguagem científica que circula no meio acadêmico e que possui como característica a explicação, a clareza da expressão exata do pensamento, a imparcialidade, a ordenação lógica, a objetividade e, por último, a simplicidade.

Em linhas gerais, o gênero monografia, por sua especificidade apresenta um caráter científico, ele é essencialmente objetivo, direcionado a um meio e um fim, os quais por sua vez devem estar em consonância com o curso para o qual o trabalho é exigido como forma de avaliação final e obtenção de um grau superior.

A produção textual da monografia de graduação, nesse caso, implica em um ato linguístico onde um autor apresenta suas ideias por escrito a um público alvo, o leitor. Entre as características de uma monografia de graduação, destaca-se a necessidade de apresentar temática única e ter um problema de investigação bem delimitado, uma vez que, para convencer seus interlocutores da pertinência da temática e da relevância do problema a ser investigado, é preciso que se elabore argumentativamente a justificativa para que todos os interlocutores possam ser convencidos dessa pertinência.

Assim sendo, podemos perceber que o texto acadêmico monografia deve possuir em sua introdução elementos e recursos linguísticos que o caracterizem e o validem como tal, além da construção de uma justificativa que convença o leitor da validade do trabalho, a delimitação do tema e da situação problema, é alguns desses elementos que constituem o trabalho monográfico.

De acordo com John Malcolm Swales (1990), os movimentos retóricos refletem o propósito ou os propósitos retóricos e comunicativos que os membros de uma comunidade pretendem compartilhar, propósitos esses que constituem o fundamento do gênero e são reconhecidos pelos membros especializados da comunidade discursiva. Esse fundamento é responsável por modelar a estrutura esquemática do discurso, influenciando e limitando a escolha de conteúdo e estilo.

Diante disso, podemos conceber o gênero, como ações retóricas tipificadas que se baseiam em situações recorrentes em determinada, Carolyn Rae Miller (1984, p. 39) defende que na prática discursiva nós a-

prendemos a agir retoricamente através do uso de tipos de discursos socialmente adequados aos vários contextos e servem como chaves para o entendimento do como participar em ações de uma comunidade.

Na linguística textual, a noção de propósito comunicativo, sempre foi apresentada como parte de uma concepção funcional de gêneros, por oposição a uma visão meramente formal. A discussão concentra-se na definição de propósito comunicativo conforme apresentada por John Malcolm Swales (1990) e posteriormente revisada por ele em 2001 e 2004, em que se discute o uso do propósito não como critério imediato para a identificação do gênero, mas, em função de uma análise fundamentada no entorno social tipificado, como descoberta resultante do próprio processo de análise.

Entendendo-se o propósito comunicativo neste sentido, procura-se estabelecer procedimentos seguros para o reconhecimento do status do gênero ao final da investigação, sem deixar de manter a relevância do conceito como critério de análise.

O evento ou propósito comunicativo depende da linguagem verbal, que primeiramente é constituída do discurso, dos participantes, da função do discurso e do ambiente onde o discurso é produzido e recebido, e esse ambiente tem que possuir um papel significativo e indispensável.

Nessa concepção, uma característica extremamente importante é a de que os eventos comunicativos e suas tipicidades partilham um ou mais propósitos comunicativos. Há gêneros que atendem a conjuntos de propósitos comunicativos, como, por exemplo, uma monografia ou projeto de TCC, que são eventos comunicativos, pois seus propósitos têm a ver com suas respectivas funções na comunidade discursiva e acadêmica.

O propósito comunicativo realizado pelos gêneros, juntamente com convenções retóricas, contextos compartilhados, traços léxico-gramaticais e discursivos exibidos são as principais características que permitem delinear o que é um gênero textual e se este possui características inerentes do domínio discursivo que pertence uma comunidade discursiva.

John Malcolm Swales (2001, p. 200) apresenta três razões por que o conceito de propósito comunicativo pode ser produtivamente utilizado na análise de gêneros: o propósito comunicativo pode ter um “valor heurístico” como porta de entrada para a melhor compreensão de um

corpus de textos; pode ajudar a mostrar que os discursos eventualmente são multifuncionais.

Portanto, em um procedimento contextual e analítico, o propósito comunicativo mantém a sua relevância na identificação de qualquer gênero textual ou tipificação textual-social, mas as outras etapas no processo de análise constituem-se da identificação da comunidade, seus valores, seus propósitos, suas expectativas, seu formato e seu repertório de gêneros, além do levantamento dos traços peculiares desses gêneros.

Contudo, é importante frisar que todos os procedimentos valorizam o dinamismo dos gêneros e caracterizam, assim, de forma continuada a redefinição do papel do propósito na análise de gêneros.

Da mesma forma, também não se deverá tomar o propósito comunicativo como a uma mera “intenção” do autor ou do escritor. Não se trata de intencionalidade ou outro fator extralinguístico, e o estabelecimento do propósito comunicativo não é uma questão individual, e sim social, ou seja, é uma tipificação social com propósitos comunicativos, com constituição e identificação relacionada ao uso dos gêneros, que por sua vez são estabelecidos pelas práticas sociais específicas, que se tornam variáveis de acordo com contextos culturais definidos pela comunidade.

Com relação às tipologias textuais e suas funcionalidades linguísticas os propósitos comunicativos mantêm uma importância fundamental nas investigações sobre gêneros textuais, realçando e mostrando sempre as funções sociais dos gêneros, sejam eles praticados em modelos tradicionais ou em processo de transmutação, emergindo em suportes comunicativos já conhecidos e já identificados pelas diferentes tipificações sociais.

Segundo Luiz Antônio Marcuschi (2008), os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente ligados a vida cultural e social, portanto, são entidades linguísticas sociodiscursivas e formas de ação social em qualquer situação comunicativa. Partindo desse pressuposto e pautando-se no estudo de Luiz Antônio Marcuschi passamos a entender que os tipos textuais devem possuir sequência definida pela natureza linguística e que os gêneros textuais são os diferentes tipos de textos que encontramos no nosso dia a dia.

A expressão “gênero” sempre esteve, na tradição ocidental, especialmente ligada aos gêneros literários, mas já não é mais assim, como lembra John Malcolm Swales (1990, p. 33), ao dizer que “hoje, gênero é

facilmente usado para referir uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias”. É assim que se usa a noção de gênero em etnografia, sociologia, antropologia, folclore, retórica e, evidentemente, na linguística.

## 5. *Considerações finais*

A análise da organização retórica e discursiva do gênero monografia deve estar baseada em um processo de argumentação que gira em torno da relevância do conteúdo do trabalho proposto ao leitor, e essa caracterização deve ser importante tanto para pesquisadores da área de gêneros textuais como para os que pretendem iniciar-se ou aprimorar seus conhecimentos em relação à constituição desse gênero textual.

Portanto, este estudo pretendeu analisar e caracterizar o gênero acadêmico monografia, tendo como delimitação suas partes constituintes, além de evidenciar de que forma os objetivos e o propósito comunicativo-discursivo desse gênero são conceituados dentro de uma comunidade discursiva. Esses objetivos e intenções apresentam-se de forma privilegiada, no caso da monografia, na seção de introdução (subgênero em que organiza todo o discurso monográfico).

Esse processo de argumentação deve estar evidenciado desde a elaboração de um simples artigo até a elaboração de uma monografia ou participação na iniciação científica, seja na pós-graduação, onde os resultados de pesquisa se voltam à elaboração de relatórios, ou em notas de leitura, resenhas, resumos, fichamentos até a elaboração da dissertação mestrado e da tese de doutorado.

Esses problemas se refletem na ausência e ou falta de capacidade leitora crítica, metalinguística, reflexiva e objetiva, ou pela imensa dificuldade em realizar ou fazer relatórios de pesquisa e outras ações que envolvem o gênero, a tipificação social, a comunidade discursiva e o propósito comunicativo do texto científico-acadêmico.

O incentivo das práticas comunicativas e discursivas de leitura, compreensão e interpretação de diferentes textos com propósitos comunicativos diferentes é o primeiro passo e meio de superação das dificuldades enfrentadas pelos discentes, este papel docente e discente é necessário e importante já que o discurso que se estende nos meios acadêmicos é que um número razoável de alunos, independentes de serem de graduação ou pós-graduação, ainda encontra sérios problemas com sua produ-

ção textual, e na compreensão dos gêneros existentes no ambiente acadêmico.

Portanto, o corpo docente e discente de toda faculdade ou universidade deve estar devidamente preparado para responder aos desafios e dificuldades encontradas no mundo acadêmico, e objetivar em especial as questões voltadas para o ensino e aprendizagem de textos acadêmicos em sala de aula, desenvolvendo uma prática de ensino e metalinguagem que possa linguística funcionalista e que venha a responder e corresponder aos anseios dos graduandos em qualquer área de conhecimento.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Margarida de. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. São Paulo: Atlas, 1997.

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. *Escrita, gênero e interação social*. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. *Retórica da ação letrada*. São Paulo: Parábola, 2015.

DIONÍSIO, Ângela Paiva; CAVALCANTI, Larissa de Pinho. *Gêneros na linguística e na literatura*: Charles Bazerman, 10 anos de incentivos à pesquisa no Brasil. Recife: Editora Universitária UFPE e Pipa Comunicação, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LEFFA, Vilson José. (Org.). *Pesquisa em linguística aplicada: temas e métodos*. Pelotas: Educat, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MEURER, José Luiz; BONINI, Adair, Motta-Roth, Désirée. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

MILLER, Carolyn Rae. *Gênero textual, agência e tecnologia*. Org.: Ângela Paiva Dionísio e Judith Hoffnagel. São Paulo: Parábola, 2012.

\_\_\_\_\_. Genre as Social Action. *Quarterly Journal of Speech*, n. 70, p. 151-167, 1984.

\_\_\_\_\_. Rhetoric Community: the cultural basis of genre. In: \_\_\_\_\_. *Genre and the New Rhetoric*, 2005, p. 67-78.

\_\_\_\_\_. *Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

MURAMATSU, Roberta, RACY, José Caio; SCARANO, Paulo Rogério. *Manual de monografia da Universidade Mackenzie*. São Paulo: Atual, 2011.

RODRIGUES, Bernadete Biasi; ARAÚJO, Júlio Cesar; SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de. (Orgs.). *Gêneros textuais e comunidades discursivas* (um diálogo com John Swales). Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SWALES, John Malcolm. *Other floors, other voices: a textography of a small university building*. Mahwah: Laurence Erlbaum, 1988.

\_\_\_\_\_. *Genre analysis english in academic and research settings*. Cambridge/New York: Cambridge University, 1990.

\_\_\_\_\_. *Genre identification and communicative purpose: a problem and possible solution*. Cambridge/New York: Cambridge University, 2001.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Cognição, discurso e interação*. Organização e apresentação: Ingedore Grunfeld Villaça Koch. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2004.